

MEL - MOVIMENTO DO ESPÍRITO LILÁS: Uma tentativa de gestão documental entre as cores do arco-íris

Cleber Ferreira Silva¹
Teresa Ludimila de Castro Cadorso²

RESUMO: Este trabalho relata sobre a história do Movimento do Espírito Lilás, MEL, e a sua prática de gestão documental. O MEL é uma ONG de atuação em combate a homofobia, sendo a primeira entidade da Paraíba a defender o segmento LGBT³. A experiência no MEL foi significativa para compreender o cotidiano das instituições do terceiro setor como construtoras da cidadania as quais realizam ações de estrutura funcional em parcerias com outras instituições de cunho público, privado, filantrópico e social. Esses fatores são bem compreendidos em seu arquivo. Lá, encontram-se fotografias e jornais compondo suas séries documentais, além de dossiês cuja importância salienta as ações das gestões administrativas da entidade e a guarda da memória na luta pela consolidação dos direitos LGBT. Em seu histórico há visibilidade do segmento LGBT nas reivindicações do MEL que estão registradas em seus documentos e fotografias. Este trabalho, também, pretendeu criar uma sensibilidade na gestão de documentos da referida instituição para que haja melhorias nas ações da entidade em: 1) preservar o seu acervo arquivístico e 2) possibilitar o seu acesso ao público. A metodologia consiste em associar a teoria de gestão documental com a proposta de participação cidadã. Como arcabouço teórico, utilizamos: Schellenberg (1974); Bellotto (2006); Lopes (2009); Ferreira (2011); Thiesen (2013) e também autores com estudos sobre o segmento LGBT: Facchini e Simões (2009) e Oliveira (2013). O resultado deste trabalho foi um reconhecimento da evolução diacrônica do MEL e de compreendê-lo como uma entidade fundamental na sociedade paraibana.

Palavras-chave: Arquivo. Gestão Documental. LGBT.

MEL - MOVEMENT OF THE LILAC SPIRIT: An attempt of record management among the colors of the rainbow

ABSTRACT: This study reports the history of the Movement of the Lilac Spirit, MEL, and its practice of record management. MEL is a NGO that acts in the fight against homophobia, being the first entity in Paraíba to defend the LBGT segment. The experience of working in the MEL was significant to understand the daily life of third sector institutions as citizenship constructors which carry out functional structure actions in partnerships with other public, private, philanthropic and social institutions. These factors are well understood in its file. There, there are photographs and newspapers composing its documentary series, as well as dossiers whose

¹ Estudante de Graduação em Arquivologia na UEPB; integrou o grupo de pesquisas do SESA na referida universidade.

² Estudante de Graduação em Arquivologia na UEPB possui formação na área de saúde pública.

³ Sigla de denominação nacional para reconhecer pessoas lésbicas, gays, bissexuais e travestis/transexuais. Foi reformulada de GLBT em 2008, na ocasião da segunda Conferência Nacional deste segmento social realizada em Brasília. Atualmente devido as novas incorporações de outras manifestações e identidades a sigla está sendo reformulada para LGTIQ+, contudo neste trabalho decidimos ainda manter a costumeira sigla LGBT.

importance emphasizes the actions of the administrative managements of the entity and the memory of the struggle for the consolidation of LGBT rights. In its history, there is visibility of the LGBT segment in the MEL claims that are recorded on its documents and photographs. Also, this study intended to create a sensitivity in the management of records of the mentioned institution in order to improve the actions of the entity in: 1) preserving its archival collection and 2) making that collection accessible to the public. The methodology consists of associating register management theory with the proposal of citizen participation. As a theoretical framework, we based on authors such as Schellenberg (1974); Bellotto (2006); Lopes (2009); Ferreira (2011); Thiesen (2013) as well as studies on the LGBT segment: Facchini and Simões (2009) and Oliveira (2013). The result of this study was an acknowledgment of the diachronic evolution of the MEL and its importance as a fundamental entity in the Paraíba society.

Keywords: File. Register Management. LGBT.

1 INTRODUÇÃO: os motivos da gênese deste trabalho

Pretendemos relatar sobre o Movimento do Espírito Lilás, MEL, e a sua prática de gestão de documentos. Esse artigo foi fruto de uma problemática e seriada discussão em torno dos arquivos oriundos das instituições do terceiro setor, pois como é sabido há pouca investigação em torno destes fundos arquivísticos, além disso, tentamos ainda estudar como o arquivo é concebido e utilizado pelos membros destas entidades.

Procuramos entender que antes deste trabalho um outro havia sido feito. Durante os anos de 2010 a 2011 o estudante, na época, Josivan Soares Ferreira⁴ integrou o grupo de pesquisas sobre arquivos de instituições do terceiro setor ao qual era orientado e monitorado pela professora doutora Francinete Fernandes de Sousa, naquele período era docente do departamento de Arquivologia da UEPB, campus V, este projeto assumiu compreender estes arquivos e sua relação com as entidades produtoras. Esta atitude foi uma provocativa ao formalismo da academia e também uma quebra de *tabus sociais*, assim estes estudiosos se lançaram no arquivo da Associação das Travestis da Paraíba – ASTRAPA⁵ – que como denominada é uma

⁴ Arquivista formado pela UEPB e que integrou o grupo GEAS (Grupo de Estudos em Arquivística e Sociedade) de orientação da docente a doutora Francinete Fernandes de Sousa. Durante as ações do GEAS Josivan foi hábil contribuinte e um elo de desempenho marcante na abordagem em torno dos arquivos do terceiro setor. Seu trabalho forneceu bases de articulação para a prática que desencadeou este artigo.

⁵ A Associação das Travestis e Transexuais da Paraíba – ASTRAPA – foi fundada em 19 de outubro de 2002, seu objetivo é combater o preconceito, descriminação e violência contra pessoas travestis e transexuais da Paraíba. O grupo é uma dissidência do Movimento do Espírito Lilás e com seu âmbito voltado ao segmento de pessoas trans e travestis, tendo como localidade de atuação a cidade de João Pessoa, capital do estado. (Parafraseado de FERREIRA, 2011.)

organização não-governamental de direito privado que protagoniza a luta e a consolidação da cidadania para as pessoas travestis e transexuais no âmbito do estado da Paraíba.

O trabalho desta equipe procurou não somente estudar o espaço do arquivo, mas tratá-lo, organizá-lo e acima de tudo orientar as pessoas que integram a ASTRAPA sobre sua importância, preservação e uso, assim foi feito durante o período de quase dois anos. Neste tempo de mudanças na estrutura do arquivo, houve medidas sócio-educativas em torno do reconhecimento de seu valor social e administrativo como a criação de seu plano de gestão documental e sua tabela de temporalidade, a descoberta de seu papel na instituição e o auxílio na concretude dos seus objetivos trouxe benefícios à ASTRAPA, embora tenha se passado sete anos do projeto realizado pela professora Francinete Fernandes, ainda encontramos o espaço do arquivo bem estruturado e mantido integralmente conforme as orientações de Josivan e de sua orientadora.

O papel do arquivista foi formidável para a ASTRAPA, de maneira que o arquivo ao ser organizado possibilitou a instituição executar melhor os projetos sociais de assistência a demanda social das travestis e transexuais. Ao acervo da referida instituição encontramos retratos das primeiras paradas do Orgulho LGBT da cidade de João Pessoa; documentos sobre a cidadania da população de travestis e transexuais; recortes de jornais sobre assuntos pertinentes, enfim um gama de séries documentais cuja importância está além do simples funcionamento da instituição.

Este projeto gerou um trabalho monográfico que permeou as calorosas discussões em torno do terceiro setor e sua emblemática dinamicidade nos movimentos sociais, dentre as principais minorias destacamos o LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis e Transexuais) é de conhecimento geral a luta deste segmento em afirmar direitos em torno do acesso à liberdade de expressão pela sua afetividade e consolidação da segurança sempre ameaçadas pelo preconceito machista e conservador.

De maneira a atentar o fato do papel dos movimentos sociais em se institucionalizar no terceiro setor⁶ para garantir seu protagonismo popular, surge a problemática de como traçar

⁶ Entendemos por terceiro setor entidades dirigidas e de ações participativas por cidadãos da sociedade civil que procuram através do trabalho coletivo e voluntário constituir ações em caráter de políticas públicas a pessoas e regiões distantes das ações governamentais. Surgem neste contexto as denominadas Organizações Não-governamentais (ONG's) que se voltam aos “terceiros” em suas necessidades diretas, buscando na luta pela cidadania nas ações de construção social a consolidação do bem comum, assim sendo afirma-se que são as ONG's o

estratégias de gestão no seu patrimônio adquirido. Chamamos a atenção para o fato de existir outras entidades de luta organizadas por pessoas LGBT e que produzem massa documental, além de possuírem um significativo patrimônio e importância social. Uma destas é o Movimento do Espírito Lilás, MEL.

2 OBJETIVOS

Inicialmente após as justificativas deste artigo, passamos a enumerar como os objetivos deste trabalho: 1. Compreender o processo social e o percurso dos movimentos sociais destacando suas ações registradas em seu arquivo; 2. Auxiliar e orientar os integrantes do MEL na implementação de um plano de gestão documental e 3. Preservar seus gêneros documentais e difundir o valor significativo ao público.

É salutar afirmar, ainda, que o êxito destes objetivos não é atingido nesta nossa experiência, por isso, procuramos neste artigo difundir o trabalho propedêutico e sua instrumentalização para uma ressignificação futura, assegurando a concretude destes objetivos aqui traçados.

3 METODOLOGIA E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Salientando que a pesquisa acadêmica necessita de uma análise profícua em torno de determinado objeto sobre a luz de um método, poderíamos compreender que a Sociologia e o Direito fornecem maneiras de compreender a gênese dum a instituição do terceiro setor, contudo em se tratando da Arquivologia, concluímos que a associação das áreas já supracitadas em consonância com a Arquivologia constitui proposta para um legítimo estudo de caso sobre o MEL.

Foram-nos úteis a análise documentária para iniciar um contato analítico com as tipologias documentais existentes no arquivo o qual se tornou objeto de um diagnóstico, também houve a realização de três visitas mediadas com finalidade de compreensão do cotidiano no MEL. As visitas foram necessárias para percebemos o fluxo documental na sede da referida ONG,

contudo não interferindo na sua *práxis*. Foi constituída uma série de relatos sobre cada visita, que ao total se somam em cinco, dentre as quais foram realizadas entre quinze dias no espaço duma visita a outra. Em cada visita houve uma vistoria e a produção de um pequeno relato.

Na primeira, houve uma acolhida por parte de Luciano Bezerra Vieira, que apresentou-nos o MEL, seu breve histórico e papel social, também conhecemos outros militantes e firmamos o compromisso ético com a entidade em explorar academicamente seu arquivo; na segunda visita permanecemos em observação na reunião de construção da Parada pela Diversidade e Visibilidade LGBT de 2015, na qual percebemos as deliberações e mecanismos de atuação do MEL; na terceira e quarta visitas pesquisamos o acervo do arquivo, no qual tivemos contato com as espécies documentais em situação de descuidado e houve a partir daí nossa apreciação e intervenção. Na última visita, houve uma reunião com os responsáveis pela entidade na qual ficou deliberada a elaboração dum plano de gestão de documentos e a tentativa de tratamento documental.

Diante da dinâmica de intervenção traçou-se um sistema de estudo para compreender este arquivo e também a entidade que o produziu, por isso, esta pesquisa de caráter qualitativo não dispensou os estudos sobre a história do movimento LGBT, nisso foi indispensável a leitura e estudo da monografia do arquivista Josivan Soares Ferreira: *Gestão Documental na Associação das Travestis da Paraíba-ASTRAPA: o tratamento da informação no terceiro setor*(2011) devido ao seu vanguardismo inicial em estudar uma ONG do segmento LGBT e de criar seu plano de gestão documental; seguidamente foi lido o relatório de PIBIC (2013) cuja autoria é atribuída ao Thiago de Lima Oliveira, que especializa-se num levantamento histórico do MEL; em prol de uma análise mais apropriada foi consultado o livro: *Na trilha do arco-íris do movimento homossexual ao LGBT*de autoria de Simões e Facchini – este título é um amplo apanhado sobre a organização social e técnica dos movimentos LGBT's no Brasil, nisso insere-se o MEL, embora a obra esteja centrada nos relatos das agremiações das regiões sudeste e sul do país.

Também os autores da arquivística foram consultados desde os clássicos: *Arquivos permanentes: tratamento documental*(2006) de Bellotto; *Arquivos Modernos princípios e técnicas* (1974) Schellenberg até a obra de Luís Carlos Lopes:*A nova arquivística na modernização administrativa* (2009) que traz pertinentes questionamentos sobre as atividades de gestão em arquivos e sua relação com a sociedade e a memória social. Em complementação leu-se os seguintes artigos: *Grupo escolar dr. Thomas Mindello: símbolo de modernização do ensino*

primário na Paraíba do Norte de Rosângela Chrystina Fontes de Lima, artigo apresentado em 2012 no evento IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL” e o *Grupo escolar Thomaz Mindello – estado da Paraíba: resgate histórico*. Artigo escrito por Eliane de Moura Silva e publicado em 2008 no IV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA - ANPUH-BA HISTÓRIA: SUJEITOS, SABERES E PRÁTICAS. Estes artigos nos serviram para compreender o espaço de origem do MEL e sua integração e formação.

O livro de Atas da entidade no qual tivemos contato com as informações jurídicas e oficiais desde estrutura de diretoria ao trato com os militantes, haja vista, que esteja copilado nele seu primeiro estatuto cuja leitura nos orientou quanto a natureza e importância do MEL e, assim foi alvo de nossa análise circunstancial e documental, transformando-se numa imprescindível fonte de consulta por qual sentimos que a leitura do livro: *Como avaliar documentos de arquivo* (1998) de Ieda Pimenta Bernardes nos levou a análise de tratamento e busca do documento capital deste arquivo, pois não há outro documento informacional sobre o MEL tão antigo e relevante quanto esta ata. Assim, todo este conjunto bibliográfico constituiu a espinha dorsal deste trabalho e instrumentalizou as abordagens e conclusões sobre a investigação do MEL em seu arquivo.

4 O PATRIMÔNIO, LEGADO E ARQUIVO DO MOVIMENTO DO ESPÍRITO LILÁS: os testemunhos da luta contra o preconceito

O MEL foi fundado em seis de março de mil novecentos e noventa e dois na cidade João Pessoa na Paraíba, em ocasião de sua fundação estavam presentes pessoas gays e um dos objetivos da entidade era o combate à homofobia e outras manifestações de preconceitos às lésbicas, aos bissexuais e ao segmento de pessoas trans. Há, também, o auxílio às pessoas portadoras do vírus HIV, pois estava em evidência à pandemia de AIDS no final da década de 1980 para o começo da década de 1990, período de estruturação do MEL. Os primeiros associados e integrantes do MEL forma professores, estudantes universitários, pessoas de ocupação comercial e artística e, também, trabalhadores informais, além de ter havido passar na entidade: profissionais do sexo, pessoas soropositivas jovens do movimento estudantil que de

maneira longa ou breve estiveram no fórum do MEL, participaram de suas ações e contribuíram solidamente para sua evolução e luta.

Em sua trajetória Curta e intensa, o movimento político LGBT [...] amealhou algumas vitórias significativas e se debateu com resistências poderosas [...] frentes de luta retratam não apenas a variedade de questões e demandas no universo LGBT, como também a perseverança do movimento em buscar reconhecimento para assegurar direitos e garantias civis fundamentais (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 153).

Levamos em consideração que o percurso de vinte seis anos da entidade lhe fez acumular uma carreira de lutas, dores, ardores e polêmicas no estado da Paraíba. Estado cujo emblema: “mulher macho sim sinhô” difere dos frequentes anúncios da crescente homofobia em cidades do interior além da própria região metropolitana, por essa razão em muitas pesquisas feitas por entidades promotoras⁷ dos direitos da população LGBT indicam que a Paraíba oscilou entre o segundo e terceiro estado mais homofóbico do país (segundo dados do GGB nos anos de 2011 e 2012), também, sabemos dos alarmantes indicadores no que se refere ao racismo, violência contra mulher e exploração sexual infantil.

Atualmente o desafio do MEL é enfrentar a homofobia e conscientizar a sociedade paraibana sobre seus males. Ao longo de duas décadas, acumulou aliados das mais diversas instâncias (públicas, privadas e demais grupos de mobilização social) que em contrapartida lhe forneceram apoio e visibilidade aos assuntos referente à diversidade sexual e o combate ao preconceito sentido pelos LGBT’s na sociedade paraibana.

Sua luta provocou mudanças, reflexões e motivou ações de âmbito cidadão no cenário nacional, destacamos as duas grandes campanhas televisivas exibidas: uma no ano de 2013 e

⁷ São muitas as entidades LGBT’s e também governamentais que se dedicam ao combate ao preconceito e violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis/Transsexuais. Contudo, neste trabalho destacamos duas: o GGB e a ABGLT. Quem tradicionalmente publica os relatórios anuais sobre os ataques homofóbicos é o Grupo Gay da Bahia – GGB sendo “a mais antiga associação de defesa dos direitos humanos dos homossexuais no Brasil. Fundado em 1980, registrou-se como sociedade civil sem fins lucrativos em 1983, sendo declarado de utilidade pública municipal em 1987. É membro da ILGA, LLEGO, e da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT).” Disponível em <http://www.ggb.org.br/ggb.html>, acesso em 23 de junho de 2018 às 15 horas.

Já a outra instituição é a ABGLT - “A Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) é uma organização brasileira fundada em 31 de janeiro de 1995 com o objetivo e a missão de promover ações que garantam a cidadania e os direitos humanos de LGBTs. (...) A ABGLT foi criada por 31 grupos fundadores e é uma rede nacional mais de 300 organizações afiliadas, sendo a maior organização do gênero na América Latina e Caribe.” Disponível em <https://www.abglt.org/>, acesso em 23 de junho de 2018 às 15 horas.

outra posteriormente em 2014⁸ com foco na reação contra posturas preconceituosas: a primeira se propôs a coibir a homofobia no mercado de trabalho e a segunda provocou a reflexão sobre a homoafetividade. Estas iniciativas foram postas em prática graças à parceria com o Ministério Público do Trabalho (região da Paraíba) que se tornou colaborador da entidade em razão de haver sensibilizado com o segmento social já malogrado e também objetivando reagir contra o contexto discriminatório vigente.

Para entendermos como essas ações foram articuladas e tiveram visibilidade e como o MEL realizou seus trabalhos junto à sociedade em seu maior evento de visibilidade anual: a parada do Orgulho LGBT, só há um único departamento da entidade que nos fornece as informações necessárias para identificarmos as ações citadas e a sua memória: o arquivo. Schellenberg define arquivo como:

O conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por um órgão administrativo ou por um dos seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer sob custódia desse órgão ou funcionário (SCHELLENBERG, 1974, p.14).

De maneira a abranger o conceito exposto, entendemos também o arquivo como o setor construtor da cidadania, suas ações de estrutura orgânica e social são pertinentes a maior concretude dos objetivos da entidade e nele são acumuladas as provas cabais dos êxitos e frustrações na sua carreira. Há uma séria importância dos arquivos nas instituições de militância da sociedade civil LGBT, segundo Regina Facchini e Júlio Assis Simões:

Grande parte dos progressos obtidos pelo movimento LGBT deveu-se ao seu processo recente de institucionalização. [...] a trajetória do movimento LGBT mostra de forma eloquente

⁸ A primeira campanha: “**Homofobia no mercado de trabalho você não tem esse direito**”, lançada na cidade de João Pessoa em 29 de novembro de 2013 teve como objetivo reagir contra o preconceito vigoroso no meio trabalhista do estado que exclui em seu ingresso a pessoa LGBT. A campanha foi de iniciativa do MEL em consórcio e parceria com o Ministério Público do Trabalho que investiu nesta campanha e também na continuidade com a segunda campanha lançada em 16 de maio de 2014: “**O amor une, a homofobia não**” cujo ponto de reflexão foi à afetividade e a união de pessoas do mesmo sexo. Ambas as campanhas foram feitas pela mesma agência: Taz-Zag e a proposta das campanhas foi reagir contra o preconceito e instruir a sociedade civil sobre a comunidade LGBT. No comercial lançado em 2014 houve a exibição de um beijo entre dois homens que interpretavam um casal, o fato criou uma profunda polêmica envolvendo as entidades ligadas a campanha e os setores mais conservadores da sociedade paraibana.

a interpenetração entre Estado e sociedade civil no Brasil
(FACCHINI; SIMÕES, p. 157).

Além do valor administrativo-jurídico é adquirido pelo arquivo o simbolismo testemunhal e de prova, configurando a estruturação da instituição e revelando sua evolução. Em potencial no arquivo do MEL encontram-se diferentes séries documentais cuja importância revela as ações das gestões administrativas da entidade e a guarda da memória na luta pela consolidação dos direitos LGBT, porém o estado de conservação dos documentos é ruim, pois há fatores de má acomodação da massa documental, não há níveis de organização e qualquer espécie de catálogo, os dossiês foram atirados em mesas, cadeiras e estantes e estes móveis apresentam más condições de uso, em síntese o cenário é um caos generalizado. Entendemos que este cenário pode ser devido há, ainda não ter existido contato da instituição com a arquivística, embora necessariamente Luís Carlos Lopes nos coloca que:

Quanto às estruturas, o problema das funções se repete. É necessário saber como elas evoluíram e como se encontram no momento de preparação do diagnóstico. Se o pesquisador, dobrando a dose de formalismo, apoia-se principalmente nelas, corre-se o risco de produzir um monstro, um esqueleto andante, sem carne e sem alma. O espírito das organizações está nas suas atividades. O conhecimento delas ilumina todos os outros aspectos. Compreendem-se melhor as funções ou, muitas vezes, as disfunções. Entendem-se as estruturas efetivas, as pseudoestruturas e a inexistência de formalizações. Percebe-se a organização por suas características capitais. (LOPES, 2009, p. 184)

Esta ausência de cuidado na acumulação de documentos no arquivo permanente, objeto central deste trabalho, é reflexo dum cotidiano no qual a gestão documental não foi apresentada e tal aspecto estende-se aos arquivos correntes e intermediários do MEL, cuja matéria não abordaremos, contudo nestes identificamos falta de protocolo, extravio de documentos e acesso de qualquer pessoa aos dossiês da entidade cujo teor é de atribuição da diretoria executiva.

Após uma reunião com os integrantes do MEL foi exposto tal problemática e a reação deles foi imediata, mudando todo o cotidiano de produção e guarda da documentação produzida, daí sentiu-se a necessidade de realizar um trabalho pedagógico sobre gestão de documentos e sua eficácia para uma entidade com este histórico de luta. Como também, de maneira voluntaria

realizar ao modelo de Josivan uma intervenção no arquivo para fins de aperfeiçoar o andamento do movimento e garantir a este uma ação benemérita já que este realiza muitas ações políticas pela comunidade LGBT na Paraíba.

5 O ARCO-ÍRIS DESBOTANDO: entre papéis amarelos em oposição as suas marchas e lutas

Heloísa Liberalli Bellotto, célebre historiadora, e uma das incentivadoras do estudo e exploração dos arquivos no Brasil, escreveu um livro que passa a ser a referência do arquivista em sua atribuição de organizador de documentos: *Arquivos permanentes tratamento documental*, tendo sido publicado em 1991 esta obra aponta maneiras de como tratar os documentos e fornece orientações instrumentais da gestão de arquivos permanentes, em tom singular escreve a senhora Bellotto sobre a importância dos arquivos: “Um arquivo permanente não se constrói por acaso. Não cabe apenas esperar que lhe sejam enviadas amostragens aleatórias.” (p. 27) O motivo pelo qual esta reflexão abre esta seção do artigo se justifica pelo estado que se encontrava o fundo arquivístico do MEL.

Fornecemos uma visão parcial da situação encontrada no referido arquivo, o questionamento surge da afirmativa de Facchini e Simões quando ao reconhecer o trajeto de êxito do Movimento LGBT e sua visibilidade em virtude de sua militância e institucionalização, ora é sabido que institucionalizar requer produção de documentos e se há documentos deve haver uma gestão documental de eficácia para beneficiar os membros da entidade e seu corpo gestor e deliberativo. De modo que ao analisar os registros custodiados pelo MEL passamos a conceber que suas atividades e ações possuem diversos campos de atuação: militância social; ações educativas; bem como a construção da Parada do Orgulho LGBT e claro as parcerias com os órgãos públicos e privados de diferentes esferas. Desse modo podemos compreender que a:

Função reproduutora, que se repete em várias instâncias, é produtora de memórias. E a memória institucional é esse jogo nunca acabado entre o instituído e o instituinte. Tal memória pode ser pensada em duas instâncias: (1) uma memória-hábito, que deve fixar comportamentos e condutas e (2) uma memória-arquivo, já que determinadas regras e informações devem ser constantemente recuperadas, para a

manutenção de determinada ordem vigente. (THIESEN,
2013, p. 102)

Em instância geral o presidente da entidade na época era Renan Palmeira Costa, militante de grande trajetória no cenário popular e professor de História na rede de ensino do estado da Paraíba, foi integrante do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e neste contexto foi durante o pleito eleitoral de 2012 candidato a prefeito da capital paraibana, tendo obviamente perdido e no ano de 2014 pelo mesmo partido lança-se candidato a deputado federal, tendo também perdido. Em 2016, filia-se ao PT e constrói sua candidatura a vereador, mesmo com a visibilidade e intensa campanha atinge só a primeira suplência na câmara de Vereadores de João Pessoa.

Lógico que suas campanhas políticas seguem o exemplo do deputado federal pelo Rio de Janeiro, Jean Wyllys, filiado ao PSOL, cuja forte atuação centra-se na defesa das minorias sociais, tendo em vista a visibilidade para o segmento LGBT. Possuindo um caráter de luta e já possuidor duma representação nos movimentos estudantis Renan Palmeira ingressou no MEL em fevereiro de 2011, como consta no livro de atas da entidade, ocupando o cargo de vice-presidente, verdade seja dita sua integração ao MEL trouxe uma renovação de militantes e abordagens, pois antes o movimento estava insípido no cenário regional de maneira rápida passou a ganhar fôlego e vigor.

É um erro crer que só Renan Palmeira tenha se sobressaído no MEL, ele foi introduzido a arena do movimento LGBT paraibano por Luciano Bezerra Vieira, sócio-fundador do MEL, um dos mais antigos militantes da entidade e protagonista da luta contra homofobia e uma testemunha da reação da sociedade com relação à pandemia de AIDS. De maneira singular, Luciano Bezerra associou a iniciativa popular ao que se refere à demanda LGBT.

Ele deu visibilidade, junto com outras lideranças ao combate da homofobia e foi o precursor de intensas atividades de conscientização dos meios gays e heterossexuais no tangente a cidadania e ao respeito à diversidade sexual. Tal atribuição não passou despercebida em outras pesquisas, como a que foi realizada pelo Thiago de Lima Oliveira, bacharel em tradução pela UFPB, que junto com a professora de Antropologia da mesma universidade, Silvana de Souza Nascimento, estudou as relações entre as pessoas LGBT no fórum do movimento social e na sua exposição sexual-afetiva nos guetos de João Pessoa os quais foram identificados em suas pesquisas. Tais ambientes também frequentados pelos próprios militantes, entretanto Thiago

demarca a ação de Luciano Bezerra no seu relatório de PIBIC, ressaltando o testemunho dele nas atividades do MEL e no panorama da pandemia de AIDS:

Na Paraíba, se por um lado o surgimento do movimento LGBT está temporalmente situado no mesmo instante da eclosão de um mercado segmentado para o público homossexual e também durante o período de efervescência das relações entre Estado e movimentos sociais com o objetivo de promoção de políticas de identidade e do combate/controle da epidemia da Aids, por outro assume localmente contornos diferentes. Durante a década de 1990, quando então só atuava no estado o Movimento do Espírito Lilá – MEL -, com sede em João Pessoa, as ações ainda estavam sendo desenvolvidas no sentido de estabelecer um trabalho de base, fortemente influenciado pelas ações de outros indivíduos. É o que sugere também o militante **Luciano Bezerra, uma das principais figuras do movimento na Paraíba.** [...] A necessidade de lidar com a Aids, tida como “peste gay”, instaura a necessidade de relacionar-se para além do gueto, para além do sujeito homossexual como unidade única de trabalho do movimento. É preciso dialogar com o Estado em busca de recursos e suporte jurídico em primeiro momento, com as instituições sanitárias e médicas, depois com a mídia, com as instituições policiais e de ensino, e ainda por cima lidar com o surgimento de um novo espaço de atuação, o mercado. (OLIVEIRA, 2013, p.3, **grifo nosso**)

A ação do MEL teve em Luciano Bezerra um construtor ávido, pois sua envergadura de luta possibilitou um crescente objetivo de consolidação de políticas públicas. Como integrante da diretoria do MEL, Luciano Vieira foi presidente da entidade em vários períodos, sua formação profissional é dada pelo curso de licenciatura em história da UFPB e segue numa ação aguerrida pelo fim da opressão conservadora. Durante o ano de 2011 integra com Renan Palmeira uma nova diretoria de propositura de renovar as práticas de atuação do MEL e chamar novos militantes ao desafio de combater a homofobia.

O drama em torno da AIDS transformou o segmento LGBT no alvo dos preconceitos, pois além de estarem à margem da sociedade devido ao machismo, passaram a ser considerados culpados pela doença, que no contexto dos anos de 1980 dizimou centenas de pessoas. Houve mais um preconceito para o segmento LGBT, que além de resistir à dura exclusão, passou a receber o estigma da AIDS.

Com o alvorecer do século XXI a AIDS passou a ser mais controlada e assistida, mas no contexto de seu enfrentamento houve uma ressignificação do movimento LGBT, agora institucionalizado, passou também a ser autor de novas reivindicações diante do paradigma de exclusão que o segmento vem secularmente enfrentando na Paraíba e no Brasil.

Em retorno ao arquivo do MEL deparamo-nos com a síntese de um longo percurso e uma documentação escassa, comparada com a ASTRAPA. O esvaziamento de fluxos de informações e documentos deteriorados demonstram a realidade de que as entidades de terceiro setor não foram alvo de uma política de aplicação duma gestão de documentos, haja vista, que as entidades de autarquias públicas, também sejam negligentes e despreocupadas com o estado de seus documentos.

Constatamos que as condições de acomodação no arquivo do MEL eram péssimas, pois não havia preocupação com os documentos, isto provocou uma perda incalculável de informações sobre o percurso e carreira da entidade. Fortuitamente o MEL ainda é rico em seu acervo de fotografias que retratam as antigas gestões e ações culturais e sociais do MEL. Em nossa primeira intervenção pensamos em começar um diagnóstico no qual poderíamos explorar o acervo e descobrir as necessidades para iniciar sua preservação.

6 O FUNDO ARQUIVÍSTICO DO MEL: a primeira tentativa de gestão documental entre as cores do arco-íris

Ao desejarmos possibilitar o resgate do fundo arquivístico do MEL também propormos a visibilidade das reivindicações de um grupo social inferiorizado e marginalizado historicamente pela sociedade. Essa luta está impressa nas atitudes dos militantes, dos homossexuais paraibanos de maneira representativa pelo MEL. E, isto tudo está registrado nas edições do jornal *A colmeia*, um informativo circular, que os militantes do MEL confeccionavam entre os anos de 2002 a 2011. As edições de *A colmeia* estão dispostas em títulos publicados anualmente, guardados no arquivo da entidade. Ainda é impossível descrever alguns destes documentos ou trazer à tona tais séries documentais aqui mencionadas, pois em primeira instância tivemos que higienizá-los e estabelecer uma política de preservação e acondicionamento.

No livro de atas da entidade se descreve o ato de fundação do MEL e qual sua proposta de luta, a escola Thomas Mindello serviu de sede inicial ao movimento e passou a ser o cenário de suas reuniões e eventos, localizada no centro da capital paraibana, foi há muito tempo um grupo escolar e possui uma arquitetura singular típica do início do século XX, em meados da década de 1980 passou a ser administrado por grupos de artistas populares e companhias de teatro residentes em João Pessoa.

Muitos integrantes destes grupos eram estudantes de cursos de licenciatura em arte, pedagogia, teatro, história e letras e na interação com eles haviam homossexuais, bissexuais e lésbicas. Ainda hoje o prédio existe, servindo aos interesses dos departamentos da secretaria de cultura do município de João Pessoa. Sobre seu passado escolar e estrutura encontramos significativos trabalhos, embora não se saiba como se deu o fim das atividades pedagógicas da escola e sua conversão em fórum de artistas e pessoas marginalizadas. Sabemos que o prédio foi inicialmente:

O primeiro grupo escolar paraibano foi criado em 1916, pelo decreto nº 778 de 19 de julho. Recebeu o nome do intelectual e político paraibano Dr. Thomas de Aquino Mindello, professor conceituado pela elite e apontado pela imprensa local como sendo o principal reformador do “Lyceu Parahybano”, fato este que, justificou a homenagem prestada pelo governo ao estado da Paraíba, em sugerir seu nome como patrono do novo estabelecimento de ensino. (LIMA, 2012, p. 45)⁹

O prédio que abrigava o grupo localizava-se à Rua Guedes Pereira, esquina com a General Osório, por traz da antiga Rua da Medalha, no centro da cidade, rodeado por um grande jurubebal. (SILVA, 2008, p. 5)¹⁰

Hoje, o MEL não se encontra mais no referido prédio, tendo saído em 2011 para um apartamento locado pelos próprios militantes na Rua Duque de Caxias, permanecendo neste local até 2013, em inícios de 2014 a entidade se mudou para a Rua Almirante Barroso, também no

⁹ Rosângela Chrystina Fontes de Limadoutora em educação pela UFPB autora do artigo: GRUPO ESCOLAR DR. THOMAS MINDELLO: SÍMBOLO DE MODERNIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO NA PARAHYBA DO NORTE, artigo apresentado a comunidade acadêmica no evento IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL, que ocorreu no ano de 2012 na referida universidade.

¹⁰Eliane de Moura Silva Doutora pela UFBA em Histórias das Ciências autora do artigo: GRUPO ESCOLAR THOMAZ MINDELLO – ESTADO DA PARAÍBA: RESGATE HISTÓRICO, artigo apresentado em 2008 no IV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA - ANPUH-BAHISTÓRIA: SUJEITOS, SABERES E PRÁTICAS.

Centro da capital, pois sendo este bairro estratégico para a reunião e convergência de todos os integrantes do MEL, entretanto nesta condição de nomadismo comprometeram-se muitos documentos que no deslocamento de uma sede para outra se extraviaram, com isso comprometeu-se boa parte do histórico e da memória da entidade. Luciano Bezerra Vieira salvou alguns dossiês e caixas com documentos preocupando-se em guardá-los e preservá-los, mas mesmo assim, a perda para o movimento foi significativa.

Uma ação positiva para o início da posteridade e preservação do arquivo do MEL, foi quando este tornou-se objeto de estudo da professora Silvana Nascimento, já mencionada neste trabalho, que iniciou um reconhecimento das fotografias e documentos da entidade e realizou uma entrevista com Luciano Bezerra na qual pode-se averiguar os marcos da trajetória das agremiações LGBT's na cidade de João Pessoa. Já as informações estruturais foram fornecidas por Renan Palmeira que nos permitiu acesso à ata de fundação, tal documento, julgamos ser o referencial de informação mais antigo do MEL e o primeiro de todas as demais séries documentais porquanto nele se concentram sua caracterização e atribuição.

Ao lermos tal documento encontramos um registro sobre o contexto social vivido em mil novecentos e noventa e dois, segundo o qual testemunha o desejo de reformas sociais, atentando a época da transição democrática que vivia o país no início da década de 1990, assim justifica-se a origem da entidade que traça seu objetivo em:

[...] defender as pessoas de ambos os sexos vítimas de preconceitos e descriminações em qualquer instância da sociedade devido a sua orientação sexual e pessoas portadoras do vírus (HIV/AIDS). [LIVRO DE ATAS 001/ MEL] – Grifo nosso.¹¹

Mesclado a este assunto, há um relato breve sobre a assembleia geral de fundação da entidade, cuja participação em essência foi de estudantes dos cursos de educação e ciências humanas da UFPB, além de pessoas cujos ofícios não se conhecem. São os respectivos fundadores do MEL os seguintes assinantes: Mazureik Moraes dos Santos; Luciano Bezerra Vieira; Breno Correia da Silva; José Marcos Mercês; José Walmir Ferreira e Eduardo Palmeira Sobral. Nesta mesma ata não se delibera eleição de diretoria, mas segue-se a escrita dum estatuto,

¹¹ Fragmento do texto integral da Ata de Fundação do MEL, escrita por Mazureik Moraes dos Santos, secretário da entidade a na época, tendo sido registrada no Cartório Toscano de Brito, localizado no centro histórico de João Pessoa, protocolado no Livro 06 e registrado sob o número 74193 na referente data de 17 de março de 1994.

que será sucedido por uma ata de eleição da primeira diretoria empossada no ano de 1994. Não é possível descrever o teor dos demais textos do livro de atas, pelo fato do mesmo está com o estado frágil de conservação e nosso acesso não adequado poderia danificar o livro de atas.

A fim de empreender a melhor custódia deste e outros gêneros documentais, pretendemos desenvolver um plano de ação em gestão de documentos para que haja melhorias nas ações da entidade em: 1) preservar o seu acervo arquivístico e 2) possibilitar o seu acesso ao público. E só alcançaremos tais ações quando diagnosticarmos completamente a situação geral dos documentos do arquivo permanente e elaborarmos seus planos de classificação e a tabela de temporalidade, instrumentos segundo Bellotto (2006) estruturais para a implantação da gestão de documentos.

Na realização deste trabalho houve um apoio dos membros da entidade, principais beneficiados com nossa proposta, incentivando-os a aprender as técnicas de conservação e manutenção do acervo dos documentos e prevenindo-os dos danos que são causados pelo descaso com seu próprio arquivo, nesta atribuição o arquivista torna-se agente de fato e de direito para o acesso da informação e, também na gestão da mesma em quaisquer entidades. Por isso, este trabalho não é o resultado de uma abordagem ou projeto especulado por professores e alunos em pesquisas financiados pelo CNPQ, mas se inserena iniciativa voluntária de estudantes de Arquivologia ao unirem prática e teoria em culminância do desenvolvimento de uma entidade e na salvaguarda de sua memória.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arquivologia como área prática e de atribuição cidadã e social precisa ser mecanismo de empoderamento das minorias, as instituições de terceiro setor são os agentes da produção de acervos arquivísticos, ainda não explorados e neste trabalho apontamos a necessidade de sensibilizar, auxiliar e requerer políticas de gestão e preservação no arquivo, como o que foi realizado na ASTRAPA.

Na perspectiva de interação inicial com o MEL, os militantes possibilitaram o acesso de informações da entidade, que presta um trabalho singular ao segmento LGBT paraibano, consideramos que nossos objetivos foram alcançados, porque o MEL, iniciou sua organização

interna e estimulou uma mudança de postura no que tange a conservar e fornecer acesso ao seu arquivo.

As dificuldades do MEL e de outras ONG's são gigantescas, desde falta de recursos e do ingresso de profissionais que desconhecem o valor do seu patrimônio documental. Numa organização cuja atribuição é ser movimento social a sensibilidade deve partir da identificação com as causas e pautas desta instituição que por sua vez passa a ser construtora dum modelo de cidadania sem preconceitos.

É também proveitoso perceber que a inovação do pensamento arquivístico ainda é surpreendente para muitos e que seu papel social é, pelo arquivista,inédito, uma vez que a carreira do profissional de arquivo ainda é o ambiente das instituições públicas ligadas ao serviço jurídico e legislativo.Procuramos demonstrar que neste espaço de atuação cidadã podemos encontrar um desafio instigador e criar colaborações epistemológicas e políticas para a arquivologia.

De agora em diante, a exploração dos documentos do MEL e a construção e reconhecimento de sua memória documental nos será válido para também percebemos a dinâmica orgânica da informação e que o curso de formação acadêmico em arquivologia precisa explorar mais a relação extramuros do que trazer ao seu ambiente de conforto os seus possíveis objetos de análise.

Em síntese foi uma experiência rica e magistral para percebemos que as nuances de relação *inter-* e *trans-* disciplinar são possíveis e possibilitam um reconhecimento social por parte da sociedade civil organizada. De modo que reconhecemos, na Arquivologia não somente o técnico e o arcabouço formal, mas também sua propositura científica e seu papel cidadão.

Em outros trabalhos focaremos a continuação da gestão documental a ser formulada para o MEL e a análise de seus documentos mais relevantes e significativos, como não só pela atribuição duma gestão, mas para garantir sua difusão e valor ideológico nesta sociedade que ainda carece de exercer uma aceitabilidade ao segmento LGBT.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. Rio de Janeiro, 4° Ed., FGV, 2006.

BERNARDES, Ieda Pimenta. **Como avaliar documentos de arquivo.** São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

FERREIRA, Josivan Soares. **Gestão Documental na Associação das Travestis da Paraíba-ASTRAPA:** o tratamento da informação no terceiro setor. Monografia, UEPB, 2011.

LIMA, Rosângela Chrystina Fontes de. **Grupo escolar dr. Thomas mindello:** símbolo de modernização do ensino primário na parahyba do norte. Artigo apresentado em 2012 no evento IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL. Disponível em:
<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.13.pdf>. Acesso em: 09 de maio 2015.

LOPES, Luís Carlos. **A nova arquivística na modernização administrativa.** 2° Ed., Brasília: Projecto Editorial, 2009.

OLIVEIRA, Thiago de Lima. **Poéticas e Políticas da Sexualidade:** reflexões etnográficas sobre a arena do movimento LGBT na Paraíba. Relatório parcial de PIBIC (2012-2013). Disponível em:
<http://www.academia.edu/4205939/Po%C3%A9ticas_e_Pol%C3%ADticas_da_Sexualidade_reflex%C3%B5es_etnogr%C3%A1ficas_sobre_a_arena_do_movimento_LGBT_na_Para%C3%ADba_-_Relat%C3%B3rio_Parcial_IC_2013>. Acesso em: 06 de maio de 2015.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos princípios e técnicas.** Tradução de Nilza Teixeira Soares. 2° Tiragem. Rio de Janeiro, FGV: 1974.

SILVA, Eliane de Moura. **GRUPO ESCOLAR THOMAZ MINELLO – ESTADO DA PARAÍBA: RESGATE HISTÓRICO.** Artigo apresentado em 2008 no IV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA - ANPUH-BA HISTÓRIA: SUJEITOS, SABERES E PRÁTICAS. Disponível em:
<http://www.uesb.br/anpuhba/anais_eletronicos/Eliane%20de%20Moura%20Silva.pdf>. Acesso em: 07 de maio de 2015.

SIMÕES, Júlio Assis. FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris do movimento homossexual ao LGBT.** Editora Fundação Perseu Abramo (Coleção História do povo brasileiro). São Paulo, 2009.

THIESEN, Icléia. **Memória Institucional.** Editora da UFPB. João Pessoa, 2013.